

O QUE É O URBANO, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO*

Roberto Luís Monte-Mór**

RESUMO

Conceitos centrais da vida contemporânea, tais como política, civilização e cidadania, derivam da forma e organização da cidade. A cidade expressa a divisão socioespacial do trabalho, e Henri Lefebvre propõe pensar sua transformação a partir de um continuum que se estende da cidade política ao urbano, onde se completa a dominação sobre o campo.

A efetiva passagem da cidade ao urbano foi marcada pela tomada da cidade pela indústria, trazendo a produção – e o proletariado – para o espaço do poder. A cidade, locus do excedente, do poder e da festa, cenário privilegiado da reprodução social, ficou, assim, subordinada à lógica da indústria. Sofreu, então, um duplo processo: sua centralidade implodiu sobre si mesma e sua periferia explodiu sobre o entorno sob a forma de tecido urbano, que acabou por carregar consigo o germe da pólis e da civitas. Assim, a práxis urbana, antes restrita à cidade, re-politicizou todo o espaço social. No Brasil, o urbano teve sua origem na política ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares, que deram seqüência à centralização e expansionismo varguista e à interiorização desenvolvimentista juscelinista. Hoje, o urbano-industrial impõe-se virtualmente a todo o espaço social, na urbanização extensiva dos nossos dias.

Palavras-chave: cidade; Lefebvre; urbano; urbanização extensiva.

ABSTRACT

Contemporary life central concepts such as politics, civilization and citizenship, derive from the city form and organization. A city conveys labor socio-spatial division, thus Henri Lefebvre proposes to think its transformation on the basis of a continuum that extends from the political city to the urban environment, when and where it completes its countryside domination. The city's transformation into urban environment was marked by an industrial takeover that brought power to production and to working class. The city, as the surplus, power and fiesta locus, as well as a privileged scenario of social reproduction, was thus subordinated to the industrial logics. The city thus experienced a double process: its centrality imploded upon itself and its outskirts exploded upon the surrounding areas through the urban tissue, which carries within it the polis and civitas germ. Therefore, the urban praxis, formerly restricted to the city, has now re-politicized the social space as a whole. In Brazil, urban environment had its origin in the military government concentrating and integrating politics that followed Vargas's centralization and expansionism, and Kubitschek's developmental interiorizing. Today, the urban-industrial process virtually imposes itself on all social space through the extended urbanization of our days.

Key words: city; Lefebvre; urban environment; extended urbanization.

*Este artigo foi publicado originalmente em inglês na revista *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.21, n.3, maio/jun. 2005.

**Arquiteto, mestre em Planejamento Urbano e Rural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ph.D. em Planejamento Urbano, University of California - Los Angeles, 2004. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). montemor@cedeplar.ufmg.br

Artigo recebido para publicação em abril/2007. Aceito para publicação em abril/2007.

INTRODUÇÃO

A relação entre cidade e campo situa-se, histórica e teoricamente, no centro das sociedades humanas. A dominação da cidade sobre o campo, como resultado da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e através do comando do mercado sobre as atividades de produção, é fato que marcou as sociedades humanas desde tempos remotos, e particularmente as sociedades capitalistas industriais modernas em que nos inserimos.

Os adjetivos *urbano* e *rural*, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo, sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isso acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação. O que são hoje as cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Bela Vista de Minas ou qualquer outra cidade grande, média ou mesmo pequena no Brasil contemporâneo ou no mundo? Onde começam e onde terminam? De outra parte, o que é o campo na atualidade? A cooperativa agrícola da Cotia ou a Barretos do peão boiadeiro em São Paulo? Povoados e distritos distantes como Milho Verde, ou a periferia das cidades, chamada "área rural"? Ou, ainda, as grandes fazendas, as agroindústrias, os acampamentos do MST, no Nordeste, no cerrado ou na Amazônia? Em qualquer caso, a definição dos limites e da natureza, tanto do campo como da cidade, é cada vez mais difusa e difícil.

Legalmente, no Brasil, as cidades são definidas pelos perímetros urbanos das sedes municipais, e os territórios e populações considerados urbanizados incluem os perímetros das vilas, sedes dos distritos municipais. Entretanto, as áreas urbanizadas englobam amplas regiões circunvizinhas às cidades cujo espaço urbano integrado se estende sobre territórios limítrofes e distantes em um processo expansivo iniciado no século XIX e acentuado de forma irreversível no século XX.

Por outro lado, as cidades, ou o espaço político e sociocultural formado a partir delas, vêm se tornando os centros da organização da sociedade e da economia. Na escala mundial, poucas cidades organizam e comandam grandes blocos de interesses e reordenam o espaço econômico global¹; nas escalas local, regional e nacional, as cidades definem as formas de organização da população e a localização das atividades econômicas, referenciam identidades sociais e definem as formas várias de constituição comunitária.

De fato, alguns dos conceitos centrais da vida contemporânea derivam da cidade, tanto em sua forma espacial quanto em sua organização social. Da idéia grega de *pólis* vem o conceito de política, enquanto do latim *civis* e *civitas* vêm cidadão, cidadania,

¹Uma vasta literatura discute as cidades mundiais e globais; ver Friedmann (1988) e Sassen (1991).

cidade, e mesmo civilização.² Também se origina do latim o sentido de *urbano*, com dupla conotação: de *urbanum* (arado) vem o sentido de povoação, a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco do arado dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos; da sua simplificação semântica originaram-se *urbe* e *urbs*, este último termo referindo-se a Roma, cidade-império, centro do mundo e, assim, desaparecido até as grandes cidades da era moderna.³

Cidade e campo, elementos socioespaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social. As cidades garantem a diversidade e a escala da vida social, bem como a competição e a cooperação, características da vida humana contemporânea. Os campos, por sua vez, tão diversos entre si, garantem, também, diversidades dentro da sua homogeneidade extensiva e de suas escalas de produção, quando tomados de forma abrangente. Contêm, do mesmo modo, processos de competição e cooperação, mesmo que gerenciados pelas cidades e limitados pela auto-suficiência relativa que ainda mantêm.

A cidade, na visão histórica dominante na economia política, constitui o resultado do aprofundamento da divisão socioespacial do trabalho em uma comunidade.⁴ Esse aprofundamento resulta de estímulos provocados pelo contato externo e da abertura para outras comunidades, envolvendo processos regulares de troca, baseados na cooperação e na competição. Implica, assim, de um lado, um sedentarismo e uma hierarquia socioespacial interna à comunidade e, de outro, movimentos regulares de bens e pessoas entre comunidades. Localmente, exige uma estrutura de poder sustentada pela extração de um excedente regular da produção situada no campo. Assim, a cidade faz emergir uma classe dominante que extrai e controla esse excedente coletivo mediante processos ideológicos, acompanhados, certamente, do uso da força.

Segundo Paul Singer (1973), a cidade é o modo de organização (sócio)espacial que permite à classe dominante maximizar a extração regular de um mais-produto do campo e transformá-lo em garantia alimentar para a sua sustentação e para a de um exército que garanta a regularidade dessa dominação e extração. Posto dessa forma, estabelece-se, assim, o que Henri Lefebvre (1969; 1999) denominou “cidade política”,

²Até recentemente, o reconhecimento de uma civilização implicava a existência de *civis*, da cidade, e, assim, os povos nativos brasileiros e norte-americanos, considerados seminômades e que não construíram cidades duradouras, eram considerados não-civilizados, em oposição às civilizações dos Maias, Astecas e Incas, que produziram cidades cujas ruínas perduraram. Abordagens etno-históricas, antropológicas e arqueológicas recentes questionam, entretanto, a pertinência dessas classificações, enquanto a geografia contemporânea discute o próprio sentido da cidade como uma construção posterior à chamada Revolução Agrícola. Ver, entre outros, Ericson (2001), Fausto (2000), Roosevelt (1994) e Soja (2000).

³O termo *urbano* foi resgatado apenas no século XVI em português, segundo Houaiss, Villar e Franco (2001), para se referir a cidade-império, e particularmente no século XVII à cidade-sede do Império Britânico em construção, segundo o Webster's Lexicon (LEXICON, 1987), sendo que mesmo a palavra *city* (vinda do francês *cit* e do latim *civitas*) se impôs na língua inglesa a partir do centro financeiro de Londres, generalizando-se no período vitoriano em contraposição ao campo. Raymond Williams (1973; 1983) mostra que a palavra *city* apareceu no século XIII de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais ou bíblicas (em lugar de *borough* ou *town*) e qualificando representações do poder: cidade provincial, cidade-catedral etc. Para uma breve discussão dos conceitos de *polis*, *civitas* e *urbs*, ver Cardoso (1990) e Carpintero (1998).

⁴A hipótese, muito heterodoxa e sistematicamente rejeitada, da precedência da cidade sobre o campo, foi inicialmente apresentada por Jane Jacobs (1969) com base em descobertas arqueológicas da cidade de Çatal Huyuk. Hoje, a discussão desta precedência vem ganhando peso com novas pesquisas arqueológicas envolvendo, entre outras, a lendária Jericó. Ver Soja (2000).

ou seja, a cidade que mantém seu domínio sobre o campo (com a conseqüente extração do mais-produto, ou excedente) a partir do controle apenas político. Nesse contexto, a produção é centrada no campo, e a cidade, espaço não-produtivo privilegiado dos poderes político e ideológico, retira do excedente produzido no campo as condições de reprodução da classe dominante e de seus servidores diretos, militares e civis, que a habitam.⁵

Lefebvre propõe, entretanto, que se pense um *continuum* da cidade política à “zona crítica” (o urbano), passando pela cidade mercantil e pela cidade industrial. A primeira passagem é marcada pela entrada da praça de mercado no interior das muralhas das cidades controladas por mosteiros ou castelos. Incentivadas pelas feiras locais e regionais (em múltiplas escalas, mesmo “internacionais”) de artigos de luxo, as elites gradativamente permitiram a entrada da burguesia nascente no espaço do poder, logo deslocando a centralidade do poder dos palácios e mosteiros para a praça de mercado, consolidando a economia de mercado, que teve nas cidades seu espaço privilegiado.⁶

Assim, a cidade mercantil, lugar central para onde os excedentes regionais eram voluntariamente trazidos e comercializados, resulta da entrada da burguesia na cidade e de sua eventual conquista. Os burgos mercantis deram novo sentido e força à cidade política, transformando-a em centro mercantil. A relação entre campo e cidade teve, então, sua primeira inflexão, e a extração do mais-produto não era mais apenas possibilitada pela coerção político-ideológica e militar, mas também por um movimento voluntário do campo em direção à capacidade articuladora da cidade como lócus do mercado. A inflexão do campo à cidade foi, portanto, marcada pela economia: a produção do campo só se realizava na praça de mercado, modificando e ampliando a dominação da cidade sobre o campo.

Cabe ressaltar, ainda, a sinergia da vida urbana na cidade mercantil, lugar central de inovação e provimento dos bens e serviços para produção no campo e, também, espaço privilegiado da vida em comunidade, onde a divisão do trabalho aprofunda-se por meio das especialidades e complementaridades que ali se desenvolvem.

1 A CIDADE INDUSTRIAL, A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E CAMPO E O SURGIMENTO DO URBANO

A segunda transformação e efetiva passagem da cidade em direção ao urbano foi marcada pela entrada da indústria na cidade, processo longo na história ocidental, como enfatiza Singer (1973). Na verdade, a urbanização, tal como hoje é entendida, iniciou-se com a cidade industrial. Até o surgimento da indústria fabril e sua concentração nas cidades e metrópoles européias, o processo de urbanização restringia-se a algumas poucas cidades onde o poder e/ou o mercado se concentravam. Poucas eram as aglomerações humanas que na atualidade poderiam ser denominadas cidades no período que antecedeu a Revolução Industrial. A população que vivia em cidades não ultrapassava 20% em quase todos os países (DAVIS, 1970), e a cidade significou condição fundamental

⁵Considerando as novas abordagens citadas acima, a cidade sempre foi mais produtiva do que o campo, o que garantiu de fato seu domínio, sendo que muitas vezes ela produziu o seu espaço rural *a posteriori*.

⁶Lewis Mumford (1965) descreve com brilhantismo a passagem da praça de mercado à economia de mercado, em seu livro *A Cidade na História*.

para o desenvolvimento da indústria, concentrando a população consumidora, os trabalhadores e as *condições gerais de produção*⁷ para instalação das empresas fabris, presentes (ou criadas) apenas em algumas cidades, como até recentemente no Brasil.

A cidade industrial foi, assim, marcada pela entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora, o proletariado. A cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente. O campo, até então predominantemente isolado e auto-suficiente, passou a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico. Para Lefebvre (1999), essa inflexão significa a subordinação total do campo à cidade.

Na cidade industrial, há também uma transformação radical. A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção, e o espaço da cidade, organizado como lócus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. Segundo Lefebvre, a cidade se transforma, também, em produto industrial, segundo as mesmas leis econômicas que regem a produção. O espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, então, subordinado à lógica do industrialismo e às necessidades da indústria e, como tal, deve reunir as condições de produção necessárias. Entre estas, com destaque, está a reprodução coletiva da força de trabalho, sintetizada pela habitação e por demandas complementares.⁸ O espaço urbanizado passa a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado no sentido de atender tanto à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho. As grandes cidades industriais estendem-se, assim, sobre suas periferias de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno: as regiões metropolitanas.

A cidade, no entanto, lócus da tríade do excedente coletivo, do poder político e da festa, não poderia desaparecer, pois representa e sintetiza a sociedade que a gerou. Lefebvre (1999) descreve metaforicamente o que acontece: a cidade industrial sofre um duplo processo: o de implosão e o de explosão. A implosão se dá na cidadela sobre si mesma, sobre a centralidade do excedente/poder/festa que se adensa e reativa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica (capitalista) industrial.⁹ A explosão incide sobre o espaço

⁷As *condições gerais da produção*, um conceito marxista resgatado por teóricos urbanos neomarxistas (LOJKINE, 1981; TOPALOV, 1979), abrangem: provisão, pelo Estado, de aparato legal que garanta as relações de propriedade privada e livre circulação de mercadorias (incluindo terra e força de trabalho), serviços de transporte e comunicações, e a provisão da infra-estrutura básica e serviços para o capital industrial e financeiro, assim como para a reprodução da força de trabalho.

⁸Manuel Castells (1983) desenvolveu uma influente abordagem de inspiração neomarxista em que definiu a especificidade do espaço urbano dentro do sistema econômico capitalista como o lócus privilegiado da reprodução da força de trabalho, tornada possível pela concentração dos *meios de consumo coletivo*. Castells sofreu diversas críticas, de Lojkine (1981), Topalov (1979) e outros autores, que chamaram a atenção para o fato de que a função do urbano no sistema capitalista transcendia a reprodução da força de trabalho, constituindo-se também em lócus privilegiado das já referidas *condições gerais da produção*.

⁹Isso explica, em parte, no atual processo de industrialização, a ênfase na "revitalização de áreas centrais", espaços simbólicos do poder político e do resgate de valor de uso das elites, mais ou menos estendidos ao conjunto da população.

circundante, com a extensão do tecido urbano, forma e processo socioespacial que carrega consigo as condições de produção antes restritas às cidades, estendendo-as ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo, conforme as demandas da produção (e reprodução coletiva) assim o exijam. O tecido urbano sintetiza, dessa maneira, o processo de expansão do fenômeno urbano que resulta da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo.

2 A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: seu caráter extensivo e outras implicações

O que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões? O urbano, entendido dessa forma, é uma síntese da antiga dicotomia cidade–campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade–campo, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social. Lefebvre (1999) usa a expressão “sociedade urbana” como síntese dialética (e virtual) da dicotomia cidade–campo, superada na etapa contemporânea do capitalismo que ele alcunha “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991). O urbano, ou o espaço urbano-industrial contemporâneo, metáfora para o espaço social (re)definido pela urbanização, estende-se virtualmente por todo o território através do tecido urbano, essa forma socioespacial herdeira e legatária da cidade que caracteriza o fenômeno urbano contemporâneo e a sociedade urbana.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 1999, p.17).

No entanto, a cidade industrial que transbordou sobre as regiões circundantes deu origem a uma nova forma de urbanização que, ao mesmo tempo, estendeu e integrou também a práxis sociopolítica e espacial própria do espaço urbano-industrial (à qual Lefebvre chamou de “práxis urbana”) ao espaço social como um todo. À medida que o tecido urbano se estendeu sobre o território, levou com ele os germes da *pólis*, da *civitas*, da práxis política urbana que era própria e restrita ao espaço da cidade. A luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução que caracterizam a cidadania contemporânea e os movimentos sociais urbanos que emergiram nos anos setenta mostraram que a luta pela cidadania estava latente nas cidades e nas áreas urbanas. A década de 1980, no entanto, mostrou que esses movimentos haviam se estendido para além desses limites, atingindo todo o espaço social. Os movimentos sociais perderam a adjetivação de urbanos conforme passaram a abranger populações rurais e tradicionais, como índios, seringueiros, trabalhadores sem terra, entre outras.

Assim, a questão urbana havia se transformado na questão espacial em si mesma, e a urbanização passou a constituir uma metáfora para a produção do espaço social contemporâneo como um todo, cobrindo potencialmente todo o território nacional em bases urbano-industriais. Por outro lado, a politização própria do espaço urbano, agora

estendida ao espaço regional, reforça preocupações com a qualidade da vida quotidiana, o meio ambiente, enfim, com a reprodução ampliada da vida. O industrial passou a ser, ao menos virtualmente, submetido a limitações do urbano e por exigências da reprodução. Nesse contexto, a re-politização da vida urbana torna-se a re-politização do espaço social:

A problemática do espaço, a qual subsume os problemas da esfera urbana (a cidade e suas extensões) e da vida cotidiana (consumo dirigido), deslocou a problemática da industrialização. (LEFEBVRE, 1991, p.89).

Tenho chamado de *urbanização extensiva*¹⁰ esta materialização sociotemporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sociopolíticas e cultural intrínsecas à *pólis* e à *civitas*, que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o *urbano* – que se estende, com as relações de produção (e sua reprodução), por todo o espaço onde as condições gerais de produção (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado impõem-se à sociedade burocrática de consumo dirigido, carregando, no seu bojo, a reação e a organização políticas próprias da cidade. Essa é a realidade – a sociedade urbana – que se coloca hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo.

3 A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO¹¹

Diante desse quadro, já se pode falar de uma sociedade virtualmente urbana no Brasil. A urbanização brasileira intensificou-se na segunda metade do século XX, quando o capitalismo industrial ganhou momento no País e dinamizou a economia a partir da consolidação das grandes cidades industriais, particularmente São Paulo, o grande pólo industrial do Brasil. A transformação de uma economia agroexportadora em uma economia centrada na substituição de importações para o mercado interno redefiniu a cidade industrial como pólo de dinamização e de transformações seletivas no espaço e na sociedade brasileira.

A cidade industrial originou-se no Brasil a partir de duas vertentes principais, não necessariamente excludentes entre si: a primeira, a transformação da cidade política, tradicional sede do aparelho burocrático de Estado e espaço de comando das oligarquias rurais ligadas à economia agroexportadora, em cidade mercantil, marcada pela presença do capital exportador e/ou da concentração de comércio e serviços centrais de apoio às atividades produtivas rurais em centro de produção industrial; a segunda, a criação e/ou captura de pequenas cidades como espaços de produção monoindustrial por grandes

¹⁰O termo *urbanização extensiva*, apesar de sua inspiração claramente lefebvriana ao pretender resgatar aspectos centrais do pensamento de Lefebvre sobre o fenômeno urbano, mais particularmente aliando à dimensão socioespacial o elemento político implícito na *praxis urbana*, é de minha total responsabilidade e não foi utilizado por Lefebvre. Para outras definições do termo, ver Monte-Mór (1994; 1997; 2003).

¹¹Partes do texto, neste item, foram apresentadas em Monte-Mór (2004).

indústrias. Apenas essas cidades industriais, grandes, médias ou pequenas (monoindustriais), reuniam as condições exigidas pelo capitalismo industrial, em que o Estado regulava as relações entre capital e trabalho, fazia investimentos em infra-estrutura, garantia os meios de consumo coletivo, enfim, criava as *condições gerais de produção* para a indústria. Essas condições de produção estavam restritas ao que Milton Santos (1994) denominou “arquipélago urbano”, evidenciando o caráter fragmentário e desarticulado da sociedade urbana brasileira. Nesse contexto, a cidade industrial era peça central da dinâmica capitalista, articulando-se com cidades comerciais e centros urbanos que canalizavam a produção para sua área de influência e controle. Era também nessas cidades, e apenas nelas, que se concentravam as possibilidades de acesso às facilidades da vida moderna, à cidadania, à urbanidade e à modernidade.

O tecido urbano, no Brasil, teve sua origem na política territorial ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares, em seqüência à centralização e expansionismo do período Vargas e às ações de interiorização do desenvolvimento do período juscelinista. O velho binômio Energia e Transporte transformou-se, nos anos setenta, em investimentos em infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas), comunicações, serviços financeiros, entre outros. Os capitais internacionais que demandaram o Brasil associaram-se à construção civil, ao latifúndio subsidiado e à agroempresa, que constituíam alguns dos acordos das elites econômicas nacionais e regionais para apoio ao militarismo (inter)nacional. Através do tecido urbano, estenderam-se o (aparato do) Estado, a legislação (trabalhista e previdenciária), redes de comunicações e serviços urbanos e sociais (produção e consumo), potencialmente por todo o País, dos centros dinâmicos às fronteiras de recursos naturais.

A partir dos anos setenta, a urbanização estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, desdobrando-se na rede de metrópoles regionais, cidades médias, núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais, atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensa e extensa. “*Já não há mais problema agrário, agora se trata do problema urbano em escala nacional*”, dizia de forma quase panfletária o economista e sociólogo Francisco de Oliveira, na SBPC de 1978, em seu texto conhecido como “*o ovo de Colombo da urbanização brasileira*” (OLIVEIRA, 1978, p.74). De fato, ao final daquela década, as relações capitalistas virtualmente já haviam sido estendidas a todo o espaço nacional.

É a essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania, que tenho chamado de *urbanização extensiva*. A urbanização extensiva atingiu nos últimos 30 anos praticamente todo o País: estendeu-se a partir das regiões metropolitanas, articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias-primas, seguindo a infra-estrutura de transportes, energia e comunicações, criando e estendendo as condições de produção e os meios de consumo coletivo necessários ao consumo da produção industrial fordista que se implantava no Brasil com o “milagre brasileiro”. Ao final do

século XX, o *urbano* se fazia presente em todo o território nacional, com destaque para as fronteiras amazônica e do centro-oeste, onde a produção do espaço já se dava a partir de uma base urbano-industrial que emanava dos centros metropolitanos e de seus desdobramentos sobre as regiões agrárias articuladas à base agroindustrial do País.

É nesse sentido amplo que se pode falar de uma urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbanoindustrial mediante a expansão da base material requerida pela sociedade e pela economia contemporâneas e as relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. Neste contexto, multiplicam-se as fronteiras (urbanas), tanto internamente e nas franjas das aglomerações quanto nos espaços regionais e rurais incorporados à lógica urbano-industrial dominante. A urbanização extensiva caminha, assim, ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões “novas”, como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões “velhas”, como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas “ilhas de ruralidade” no interior mineiro ou paulista. Em toda parte, a lógica urbano-industrial impõe-se ao espaço social contemporâneo, no *urbano* dos nossos dias.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, C. F. S. **A cidade-estado antiga**. São Paulo: Ática, 1990.
- CARPINTERO, A. C. C. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DAVIS, K. **Cidades: a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ERICSON, C. L. Pre-Columbian roads of the Amazon. **Expedition**, Philadelphia: University of Pennsylvania Museum, v.43, n.2, p.1-30, 2001.
- FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- FRIEDMANN, J. World city formation. In: FRIEDMANN, J. **Life space and work space: essays in third world planning**. Oxford: Transaction Books, 1988. p.57-92.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.; FRANCO, F. M. d. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JACOBS, J. **The economy of cities**. New York: Random House, 1969.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- THE NEW Lexicon Webster's dictionary of the English language. New York: Lexicon Publications, 1987.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: M. Fontes, 1981.

MONTE-MÓR, R. L. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p.260-271.

MONTE-MÓR, R. L. Urban and regional planning: impact on health and the environment. In: SHAHI, G. S. et al. (Ed.). **International perspectives on environment, development, and health: toward a sustainable world**. New York: Springer Publishing, 1997. p.554-566.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de ; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p.169-181.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Ed.). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?** São Paulo: M. Limonad, 2004. p.112-122.

MUMFORD, L. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

OLIVEIRA, F. de. Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. (Ed.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROOSEVELT, A. C. **Amazonian indians from prehistory to the present: anthropological perspectives**. Tucson: University of Arizona Press, 1994.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.

SINGER, P. I. **Economia política da urbanização: ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOJA, E. W. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. Mexico: Editorial Edicol Mexico, 1979.

WILLIAMS, R. **The country and the city**. New York: Oxford University Press, 1973.

WILLIAMS, R. **Keywords: a vocabulary of culture and society**. London: Fontana Paperbacks, 1983.